

CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL****Questão 1**

Carlos faleceu em 2019, deixando dívidas civis em aberto com o Banco Ômega e tendo como único filho o menor de idade Lucas. Em 2021, faleceu a mãe de Carlos (avó de Lucas), ocasião em que se abriu o inventário de seus bens. Na sucessão, concorreram Lucas, na qualidade de representante de seu pai pré-morto, e seu tio Gustavo, único filho sobrevivente da falecida. No inventário, Lucas recebeu parte do acervo hereditário por direito de representação, em substituição ao seu pai falecido. O Banco Ômega, ao identificar o ingresso patrimonial em nome de Lucas, requereu a constrição dos bens recebidos na sucessão, sustentando que tais valores integrariam o patrimônio deixado por Carlos e poderiam ser utilizados para pagamento de suas dívidas. Lucas, por sua vez, alegou que os bens recebidos por representação não integraram o patrimônio de seu pai falecido, razão pela qual não poderiam ser alcançados por suas obrigações. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que os bens recebidos por Lucas, por direito de representação na sucessão de sua avó:

- Integram o patrimônio de Carlos, herdeiro pré-morto, e podem ser alcançados pelo Banco Ômega para o pagamento das dívidas por ele deixadas.
- Integram o patrimônio de Carlos, herdeiro pré-morto, mas não podem ser alcançados pelo Banco Ômega para o pagamento das dívidas por ele deixadas.
- Não integram o patrimônio de Carlos, herdeiro pré-morto, mas podem ser alcançados pelo Banco Ômega para o pagamento das dívidas por ele deixadas.
- **Não integram o patrimônio de Carlos, herdeiro pré-morto, nem podem ser alcançados pelo Banco Ômega para o pagamento das dívidas por ele deixadas. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 2

Em ação de cobrança ajuizada pelo Condomínio Residencial Alfa, Marcos foi citado por edital e não apresentou contestação, tendo a Defensoria Pública nomeada para atuar como curadora especial, nos termos do art. 72 do Código de Processo Civil (CPC). Proferida sentença de procedência, iniciou-se o cumprimento de sentença, ocasião em que foi requerida e deferida a penhora de imóvel de titularidade do executado. Formalizada a constrição, o juízo determinou a intimação exclusivamente da Defensoria Pública, na qualidade de curadora especial, para ciência do ato. A Defensoria Pública, contudo, insurgiu-se contra a decisão, sustentando a nulidade da intimação, ao argumento de que a ausência de intimação pessoal do executado acerca da penhora violaria o art. 841, §2º, do CPC, por não se equiparar a atuação do curador especial à constituição de advogado nos autos. Dispõe o referido dispositivo legal: “Art. 841 – Formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será imediatamente intimado o executado. §1º A intimação da penhora será feita ao advogado do executado ou à sociedade de advogados a que aquele pertença. §2º Se não houver constituído advogado nos autos, o executado será intimado pessoalmente, de preferência por via postal”. Considerando a situação hipotética narrada e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que a intimação da penhora realizada na pessoa do defensor público nomeado como curador especial:

- Supre a exigência de intimação pessoal prevista no art. 841, §2º, do CPC.
- **Não supre a exigência do art. 841, §2º, do CPC, sendo indispensável a intimação pessoal do executado, ainda que por edital. – OPÇÃO CORRETA.**
- Não supre a exigência do art. 841, §2º, do CPC, sendo indispensável a intimação pessoal do executado, vedada a sua realização por meio de nova intimação editalícia.
- Não supre a exigência do art. 841, §2º, do CPC, salvo quando o juízo, diante das circunstâncias do caso concreto, reconheça a suficiência da atuação do curador especial para fins de ciência do executado acerca do ato construtivo.

Questão 3

Em cumprimento de sentença promovido por particular em face do estado Alfa, após o trânsito em julgado da decisão condenatória que reconheceu o dever de pagar quantia certa, o exequente apresentou demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, nos termos do art. 534 do Código de Processo Civil (CPC). Intimado, o estado Alfa apresentou impugnação ao cumprimento de sentença, alegando excesso de execução, com fundamento no art. 535, IV, do CPC. Após regular processamento da impugnação, o juízo de primeiro grau proferiu decisão rejeitando as alegações do ente público, homologando integralmente os cálculos apresentados pelo exequente e determinando a expedição de precatório para satisfação do débito reconhecido. Inconformado com o pronunciamento judicial e visando à sua impugnação por via recursal adequada perante o Tribunal competente, o estado Alfa manifesta intenção de interpor recurso. Considere, desde logo, que não se trata de hipótese de embargos de declaração. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar que o recurso cabível na hipótese é:

- Apelação, desde que haja comando expresso de extinção do cumprimento de sentença.
- Apelação, ainda que não haja comando expresso de extinção do cumprimento de sentença. – OPÇÃO CORRETA.
- Agravo de instrumento, ainda que haja comando expresso de extinção do cumprimento de sentença.
- Agravo de instrumento, desde que não haja comando expresso de extinção do cumprimento de sentença.

PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078/1990**Questão 4**

Mariana adquiriu um televisor em determinada loja de eletrodomésticos. Dois anos após a compra, o aparelho apresentou superaquecimento repentino, provocando um incêndio na residência, que destruiu o móvel da sala e causou queimaduras leves na consumidora. Mariana ajuizou ação indenizatória contra o fabricante quatro meses após o sinistro. Diante das disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), a pretensão da autora:

- Restou abarcada pela decadência, uma vez que o direito de reclamar por vícios em produtos duráveis deve ser exercido no prazo de noventa dias após a entrega.
- Deve ser direcionada ao comerciante que efetuou a venda, pois este responde de forma solidária e primária em casos que envolvam danos à integridade física.
- Encontra-se amparada pelo prazo prescricional de cinco anos, contado do conhecimento do dano e de sua autoria, visto que se trata de um acidente de consumo. – OPÇÃO CORRETA.
- Depende da comprovação da conduta culposa do fabricante no processo de montagem do televisor para que surja o dever jurídico de reparar os danos causados.

Questão 5

A sociedade empresária “Móveis Reais Ltda.” foi condenada judicialmente a indenizar o consumidor Jorge, por danos materiais decorrentes de um serviço mal executado. Na fase de execução, constatou-se que a empresa não possui bens suficientes para solver a dívida, embora seus sócios possuam vultoso patrimônio pessoal. Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), o magistrado:

- Deve indeferir o pedido de redirecionamento contra os sócios pela ausência de demonstração cabal do abuso de direito ou da prática de ato ilícito.
- Subordinará a constrição dos bens dos sócios à prévia decretação da falência ou ao encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica executada.
- Poderá determinar a desconsideração da personalidade jurídica, caso esta represente um obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados ao consumidor. – OPÇÃO CORRETA.
- Reconhecerá a responsabilidade subsidiária dos sócios, exigindo que o credor aponte bens livres da sociedade antes de atingir o patrimônio dos particulares.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL E LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS

Questão 6

A sociedade empresária “Minas Logística S.A.” vinha realizando o recolhimento de um tributo federal seguindo estritamente as orientações contidas em uma decisão de órgão coletivo de jurisdição administrativa à qual a lei atribui eficácia normativa. No exercício de 2024, a autoridade administrativa federal promoveu uma alteração nos critérios jurídicos de interpretação da referida norma, alegando que o entendimento anterior era prejudicial ao erário. Com base nesse novo critério, o Fisco lavrou auto de infração para exigir as diferenças tributárias dos últimos três anos, acrescidas de multa de mora, juros e atualização monetária. Diante do cenário hipotético e, ainda, considerando as normas gerais de direito tributário, é correto afirmar que a conduta do Fisco:

- Mostra-se legítima quanto à cobrança do tributo principal retroativo, pois a autoridade deve revisar o lançamento caso verifique erro de direito, observando-se o prazo decadencial de cinco anos.
- Padece de nulidade absoluta por violação ao princípio da vinculação, uma vez que o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo é ato jurídico perfeito e imutável pela própria Administração.
- Autoriza a exigência imediata do tributo e dos juros moratórios, ficando excluída a imposição de penalidades em razão da observância, pelo contribuinte, de norma complementar de natureza administrativa.
- Revela-se equivocada, pois a modificação de critério jurídico só pode atingir fatos geradores futuros, e a observância de norma complementar administrativa exclui, ainda, a imposição de penalidades e atualização monetária. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 7

No curso de uma execução fiscal movida pela Fazenda Pública Estadual para a satisfação de créditos tributários no valor de trezentos mil reais, houve a penhora de uma máquina industrial avaliada em quinhentos mil reais. Realizado o leilão público, certificou-se a falta de licitantes interessados na aquisição do bem. Diante desse cenário, a exequente requereu a adjudicação do bem penhorado pelo valor da avaliação, visando à satisfação do débito. Com base na Lei nº 6.830/1980, é correto afirmar que o pedido de adjudicação formulado pela Fazenda Pública:

- Exige o depósito da diferença entre o valor da avaliação do bem e o montante atualizado da dívida, sob pena de rejeição do pleito de incorporação do patrimônio ao ente público. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Autoriza a incorporação direta do bem ao patrimônio estatal pelo valor total da dívida, restando extinto o saldo remanescente em favor do executado em razão da falta de outros licitantes.
- Depende da concordância expressa do devedor quanto ao valor da avaliação, cabendo ao magistrado designar nova praça caso haja questionamento fundamentado sobre a perda de valor do maquinário.
- Impõe a realização de nova avaliação judicial para a atualização do preço de mercado, garantindo-se que o valor da adjudicação seja equivalente ao montante exequendo para evitar proveito financeiro abusivo.

Questão 8

O contribuinte “Indústria Têxtil S.A.” possui quatro débitos vencidos junto à Fazenda Estadual, todos em fase de cobrança administrativa: (I) uma taxa de fiscalização ambiental de 2022; (II) um imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS) de 2021; (III) uma contribuição de melhoria decorrente de obra pública de 2023; e (IV) uma multa por descumprimento de obrigação acessória de 2022. A empresa efetua um pagamento parcial que não cobre o montante total das dívidas, sem indicar qual débito pretende quitar. Com base nas regras de imputação do pagamento previstas no Código Tributário Nacional (CTN), a autoridade administrativa deve aplicar o valor pago, priorizando:

- Os débitos de maior valor nominal, independentemente da natureza do tributo, visando otimizar a arrecadação e reduzir o saldo devedor da conta fiscal.
- A multa por obrigação acessória, dado que as penalidades pecuniárias possuem preferência legal sobre os tributos para desestimular a reincidência infracional.
- O ICMS de 2021, por ser o débito de natureza tributária com prazo prescricional mais próximo do seu termo final, ainda que existam débitos de outra espécie tributária.
- A contribuição de melhoria de 2023, seguida da taxa de fiscalização de 2022 e, posteriormente, do ICMS de 2021, ficando a multa por obrigação acessória para satisfação por último, por se tratar de penalidade pecuniária. – **OPÇÃO CORRETA.**

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 9

Marcelo, administrador financeiro de uma empresa familiar, passou a enfrentar grave crise econômica decorrente de investimentos malsucedidos realizados sem o conhecimento dos demais sócios. Temendo a descoberta da gestão temerária e a iminente falência, elaborou um plano para ocultar documentos contábeis que serviam de prova de seus atos. Para executar o plano, procurou Eduardo, vigilante noturno do estabelecimento, e propôs que permitisse o ingresso de terceiros no local após o expediente. Eduardo recusou a proposta. Dias depois, Marcelo decidiu agir sozinho, e, durante a madrugada, ingressou na empresa e passou a selecionar e reunir documentos relevantes que pretendia retirar do estabelecimento, acondicionando-os em uma pasta levada para essa finalidade. Em seguida, dirigiu-se ao arquivo central para localizar outros documentos relacionados aos fatos que buscava ocultar. Antes de concluir os atos necessários à execução de seu plano e de retirar qualquer documento das dependências da empresa, Marcelo refletiu sobre as consequências jurídicas e profissionais de sua conduta e decidiu interromper a empreitada. Por iniciativa própria, recolocou todos os documentos exatamente nos locais de origem e abandonou o estabelecimento sem levar qualquer material ou praticar qualquer outra conduta destinada à ocultação das informações. Posteriormente, verificou-se que nenhuma alteração, dano ou prejuízo havia sido causado ao patrimônio ou às atividades da empresa. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Marcelo:

- Não responderá pela infração inicialmente pretendida, pois houve desistência voluntária, mas poderá responder pelos atos já praticados que constituam infração penal autônoma. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Responderá por crime consumado, pois a simples intenção de ocultar sua responsabilidade administrativa torna irrelevante o fato de ter restituído os documentos ao local de origem.
- Responderá por tentativa, pois iniciou a execução do plano criminoso e interrompeu sua conduta apenas quando percebeu os riscos pessoais e profissionais decorrentes da descoberta dos fatos.
- Não responderá pela infração inicialmente pretendida, pois sua conduta configura arrependimento posterior, instituto que afasta a punibilidade quando o agente repara integralmente os efeitos do fato.

Questão 10

Durante uma forte tempestade que atingiu determinada região do interior do estado Alfa, diversas propriedades rurais ficaram temporariamente isoladas. Nesse contexto, Ricardo, proprietário de uma fazenda atingida pelas intempéries, passou a acreditar que o proprietário de uma fazenda vizinha havia sido responsável por prejuízos que recentemente sofrera em sua propriedade. Movido pelo propósito de destruir um equipamento agrícola de elevado valor econômico pertencente ao fazendeiro, Ricardo elaborou um plano para inutilizá-lo sem deixar vestígios. Após pesquisar métodos de corrosão de metais em fóruns da *internet*, adquiriu, de um comerciante informal, uma substância líquida anunciada como produto de elevado poder corrosivo, acreditando que ela seria capaz de inutilizar o equipamento. Durante a noite, aproveitando-se da ausência momentânea de funcionários, ingressou na fazenda e localizou o equipamento que pretendia danificar. Em seguida, despejou integralmente a substância sobre partes essenciais da máquina, acreditando que ela sofreria deterioração irreversível em poucas horas. Entretanto, a perícia realizada posteriormente constatou que a substância utilizada por Ricardo era apenas uma solução aquosa inofensiva, sem qualquer propriedade corrosiva ou capacidade de causar dano ao equipamento. O laudo técnico concluiu que o produto comercializado era composto exclusivamente por água e corantes inertes, sendo absolutamente incapaz de produzir corrosão ou qualquer dano ao equipamento, independentemente da quantidade empregada, do tempo de exposição ou das circunstâncias de utilização. Diante da situação hipotética apresentada, é correto afirmar que Ricardo:

- Não responderá pela tentativa do delito pretendido, pois a absoluta ineficácia do meio empregado caracteriza hipótese de crime impossível. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Responderá por tentativa de delito, pois concluiu todos os atos executórios que considerava necessários à produção do resultado, embora ele não tenha ocorrido.
- Não responderá pelo delito pretendido, pois a inexistência de dano efetivo ao patrimônio da vítima torna a conduta materialmente atípica, já que se trata de crime formal.
- Responderá por tentativa de delito, pois iniciou a execução da conduta e a frustração do resultado não afasta a responsabilização quando demonstrada a intenção de consumir o delito.

Questão 11

Em determinada comarca da justiça comum estadual, foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta participação de Sérgio, indivíduo sem prerrogativa de foro, em esquema de fraude eletrônica praticada contra diversas vítimas. Durante a fase investigatória, o magistrado competente em primeira instância apreciou sucessivos requerimentos formulados pela autoridade policial e pelo Ministério Público, autorizando medidas de obtenção de prova, decidindo pedidos cautelares e analisando questões relacionadas à legalidade dos atos investigativos. Concluída a investigação, o Ministério Público ofereceu denúncia. Na mesma oportunidade, verificou-se que o magistrado que atuara intensamente durante a fase investigatória permaneceria responsável pela condução da instrução criminal e pelo julgamento da ação penal. A defesa de Sérgio sustentou que a manutenção do mesmo juiz nas duas fases da persecução penal seria incompatível com as garantias estruturantes do processo penal contemporâneo e com o modelo acusatório adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Diante da situação hipotética apresentada, é correto afirmar que:

- A implementação do juiz das garantias torna dispensável a autorização judicial para medidas cautelares requeridas durante a investigação, desde que haja posterior controle jurisdicional na fase processual.
- A separação entre o juiz responsável pelo controle da investigação e o juiz incumbido da instrução e do julgamento visa reforçar a imparcialidade judicial e a estrutura acusatória do processo penal, constituindo uma das finalidades centrais do instituto do juiz das garantias. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A atuação do magistrado na fase investigatória não compromete sua imparcialidade para o julgamento da ação penal, pois as decisões proferidas durante o inquérito possuem natureza meramente administrativa e não produzem reflexos sobre a atividade jurisdicional posterior.
- A atuação do juiz das garantias durante a investigação criminal não impede que ele, posteriormente, conduza a instrução e profira sentença na ação penal, desde que suas decisões na fase investigatória tenham se restringido ao exame de medidas cautelares e ao controle de legalidade dos atos investigativos.

CÓDIGO DE TRÂNSITO**Questão 12**

Considere, hipoteticamente, que um condutor é flagrado por policiais militares do estado de Minas Gerais, em uma avenida, conduzindo veículo automotor sem possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Durante a abordagem, constatou-se que o condutor dirigia de forma prudente, respeitando a sinalização e a velocidade da via. Apesar de não ser habilitado para conduzir veículo automotor, o condutor não gerou situação de risco concreto a terceiros. O Ministério Público ofereceu denúncia perante o Juizado Especial Criminal pela prática do delito de dirigir veículo automotor, em via pública, sem possuir CNH. À luz da jurisprudência dos tribunais superiores e, ainda, de acordo com a Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB), assinale a afirmativa que descreve o desfecho jurídico adequado para o caso.

- A conduta é atípica na esfera penal, configurando apenas infração administrativa, uma vez que o crime em questão exige a prova de perigo concreto de dano. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, a tipicidade é presumida, cabendo ao réu o ônus de provar que sua condução não oferecia risco à incolumidade pública.
- A denúncia é providência legal necessária, pois o crime de dirigir sem habilitação é de perigo abstrato, bastando a condução do veículo sem o documento legal para a tipificação da conduta.
- O delito de dirigir sem possuir habilitação foi absorvido pela correspondente infração administrativa do mesmo diploma legal, operando-se o princípio da consunção em favor do réu, conforme jurisprudência consolidada.

Questão 13

Em uma ação de reparação de danos decorrente de sinistro de trânsito que tramita perante uma Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, o autor demanda contra o antigo proprietário (alienante) e o atual condutor. Restou comprovado nos autos que o veículo foi vendido e entregue meses antes do sinistro; porém, no procedimento de transferência de propriedade, o alienante não realizou a comunicação da venda ao órgão executivo de trânsito do Estado, descumprindo disposição legal do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). No caso hipotético, com base em jurisprudência consolidada nos tribunais superiores sobre o procedimento de transferência de propriedade veicular e, ainda, com amparo na interpretação do CTB, assinale a afirmativa correta.

- A transferência da propriedade de bens móveis, como veículos automotores, opera-se com o registro no prontuário do órgão de trânsito, sendo a tradição etapa preparatória que não produz efeitos jurídicos perante terceiros.
- **A ausência de comunicação da transferência de propriedade perante o órgão de trânsito citado, por si só, não gera a responsabilidade solidária do proprietário anterior por danos decorrentes de sinistro, cujo veículo alienado esteja envolvido. – OPÇÃO CORRETA.**
- Conforme jurisprudência dominante, o CTB estabelece solidariedade absoluta entre alienante e adquirente, que prevalece, inclusive, sobre a prova da entrega efetiva do veículo, em respeito ao princípio da segurança jurídica dos registros públicos.
- O alienante responde solidariamente pelos danos civis causados a terceiros, uma vez que a omissão na comunicação da venda ao órgão executivo de trânsito do Estado gera responsabilidade objetiva e irrestrita por todos os atos ilícitos praticados com o veículo.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, LEI DE ALIMENTOS E SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**Questão 14**

O Conselho Tutelar do município Alfa recebeu uma denúncia relatando que a adolescente Vanessa, de 14 anos, vinha apresentando reiteradas faltas injustificadas na instituição de ensino “Colégio Particular Ltda.”, sem adoção de medidas efetivas de controle ou comunicação aos órgãos de proteção. Em apuração preliminar, constatou-se que a Vara da Infância e Juventude havia expedido determinação expressa à instituição de ensino para implementar controle rigoroso de frequência, com registro sistemático de presença e comunicação imediata ao Conselho Tutelar e aos responsáveis legais em caso de evasão ou ausência reiterada. Apesar da ordem judicial, a instituição de ensino deixou de adotar os mecanismos determinados, limitando-se a registros internos sem qualquer comunicação externa. Paralelamente, verificou-se que os genitores, embora tenham sido posteriormente cientificados pelo Conselho Tutelar após fiscalização, permaneceram inertes quanto à situação escolar da filha, alegando dificuldades financeiras e ausência de rede de apoio familiar. Diante desses fatos, o Ministério Público instaurou procedimento de apuração de infração administrativa, imputando à instituição de ensino e aos responsáveis legais a seguinte conduta prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Art. 249 – Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência”. Após a instauração do procedimento, mas antes da prolação da decisão, Vanessa atingiu a maioridade civil, razão pela qual requereu a improcedência do pedido em relação à sanção pecuniária, sustentando a perda de objeto da medida. À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A infração administrativa não pode ser atribuída ao Colégio Particular Ltda., pois o art. 249 do ECA limita sua incidência aos pais, tutores ou guardiões.
- **A multa prevista no art. 249 do ECA pode ser fixada em valor inferior ao mínimo legal, considerando a situação econômica dos responsáveis e a necessidade de adequação proporcional da sanção ao caso concreto. – OPÇÃO CORRETA.**
- A superveniência da maioridade da adolescente no curso do procedimento afasta a aplicação da multa do art. 249 do ECA, em razão da cessação do poder familiar e da consequente perda de objeto da apuração administrativa.
- A hipossuficiência econômica dos genitores impede a aplicação da multa prevista no art. 249 do ECA, em razão do impacto desproporcional da sanção pecuniária sobre o orçamento familiar já comprometido pelas condições de vulnerabilidade.

Questão 15

Antônio e Beatriz são os genitores de Carlos, criança de 6 anos de idade. Em ação de perda do poder familiar ajuizada pelo Ministério Público perante a Vara da Infância e da Juventude da Comarca Ômega, o magistrado proferiu decisão interlocutória determinando a suspensão imediata do contato dos pais com a criança até ulterior deliberação. Inconformados com a medida, Antônio e Beatriz, representados pela Defensoria Pública, decidiram interpor agravo de instrumento contra a decisão. De acordo com a legislação aplicável e com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), trata-se do prazo de que dispõe a Defensoria Pública para interpor o recurso nessa hipótese:

- Dez dias corridos.
- Quinze dias úteis.
- **Vinte dias corridos. – OPÇÃO CORRETA.**
- Trinta dias úteis.

Questão 16

Amanda, 16 anos, gestante de quatro meses, respondeu a procedimento para apuração de ato infracional equiparado ao crime de furto qualificado. Consta dos autos que a adolescente já havia praticado outros atos infracionais graves anteriormente, pelos quais lhe foram aplicadas medidas socioeducativas em processos distintos, ainda pendentes de recurso. Diante da reiteração infracional, o Juízo da Infância e Juventude da Comarca Beta determinou a internação provisória de Amanda durante a tramitação do procedimento. Ao final, reconheceu a prática do ato infracional e aplicou medida socioeducativa de internação, determinando sua imediata execução, embora ainda fosse cabível recurso contra a sentença. Em suas razões recursais, a defesa sustentou, entre outros argumentos, que a inexistência de violência ou grave ameaça impediria a decretação da internação provisória; que a execução da medida socioeducativa dependeria do trânsito em julgado da sentença; que os atos infracionais anteriores não poderiam ser considerados para caracterização da reiteração enquanto pendentes recursos; e que a condição de gestante da adolescente constituiria óbice à aplicação e ao cumprimento da medida de internação. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A decretação da internação provisória exige a presença de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, em razão do caráter excepcional e restritivo da medida.
- **A internação de adolescente gestante ou lactante tem amparo legal, desde que assegurados o cuidado integral à sua saúde e as condições necessárias para permanecer com seu filho durante o período de amamentação. – OPÇÃO CORRETA.**
- A execução da medida socioeducativa de internação está condicionada ao trânsito em julgado da sentença que a aplicou, não se admitindo sua implementação enquanto subsistir recurso pendente de julgamento capaz de modificar ou desconstituir a medida imposta.
- A execução imediata da medida socioeducativa de internação pode ocorrer antes do trânsito em julgado da decisão que a impôs; todavia, quando fundamentada na reiteração de atos infracionais graves, exige-se o trânsito em julgado das medidas socioeducativas anteriormente aplicadas e utilizadas para caracterizar a reiteração.

Questão 17

Rafael e Samara são pais de Thales, criança de 4 anos, residentes do município Delta. Os genitores buscaram a rede pública municipal de ensino para efetivar a matrícula do filho em creche próxima à residência da família. O município Delta informou a inexistência de vagas na unidade de educação infantil situada nas proximidades do domicílio da criança, disponibilizando, em substituição, vaga em creche localizada em bairro distante, com tempo médio de deslocamento diário superior a duas horas. Diante da situação, os responsáveis por Thales pretendem ajuizar demanda judicial em face do ente municipal, com o objetivo de assegurar a matrícula da criança em creche próxima à sua residência, vinculada à rede pública de educação infantil. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é competente para processar e julgar a demanda a Vara da:

- Infância e da Juventude, cuja competência é relativa.
- **Infância e da Juventude, cuja competência é absoluta. – OPÇÃO CORRETA.**
- Fazenda Pública Municipal, cuja competência é relativa.

- Fazenda Pública Municipal, cuja competência é absoluta.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEI DOS CRIMES HEDIONDOS

Questão 18

O reeducando Epaminondas encontra-se em cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semiaberto, em decorrência de condenação transitada em julgado pela prática do delito de roubo circunstanciado pelo emprego de arma branca. Consta dos autos que o sentenciado é primário, ostenta comportamento carcerário satisfatório, conforme atestado emitido pela direção da unidade prisional, e já cumpriu lapso temporal superior a um quinto da pena imposta. Com fundamento nesses elementos, requereu ao Juízo da Execução a concessão de autorização para saída temporária, com a finalidade exclusiva de frequentar curso de graduação em direito na comarca em que se processa a execução penal. Considerando o histórico disciplinar favorável do reeducando, o Juízo da Execução deferiu o pedido de plano, sem a prévia manifestação dos órgãos da execução penal, consignando, em sua fundamentação, que o período de afastamento deveria observar o limite geral e fixo de sete dias por saída. Diante do caso hipotético, e, ainda, em estrita consonância com os preceitos normativos vigentes na República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa correta.

- O benefício não poderia ter sido concedido a Epaminondas, haja vista que o ordenamento jurídico brasileiro veda expressamente a concessão de saída temporária ao condenado que cumpre pena por crime praticado com violência ou grave ameaça contra a pessoa. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A decisão judicial está inteiramente correta, uma vez que a vedação à saída temporária imposta pela legislação recente atinge apenas os crimes hediondos com resultado morte, permitindo que condenados por crimes de roubo comum desfrutem do benefício para fins de instrução formal ou visita familiar.
- O pedido de Epaminondas preenche perfeitamente os requisitos objetivos temporais; contudo, a decisão do magistrado incorreu em vício procedimental insanável ao conceder o benefício sem a prévia oitiva do Ministério Público e da administração penitenciária, órgãos cuja manifestação é obrigatória por lei.
- O magistrado agiu corretamente quanto à fixação do prazo, pois, em se tratando de frequência a cursos de ensino superior ou profissionalizantes, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece o teto impositivo de sete dias por saída, sendo vedada a modulação do tempo em conformidade com as atividades discentes.

Questão 19

O reeducando Aristides cumpre pena em regime fechado em uma penitenciária de segurança máxima na Unidade Federativa de Minas Gerais. Setores de inteligência do sistema prisional interceptaram manuscritos e comunicações que demonstram, por meio de indícios veementes, que Aristides exerce função de liderança ativa em uma facção criminosa com ramificações estruturadas e atuação delitiva em quatro estados da Federação. Diante do potencial de desestabilização, o Ministério Público da Unidade Federativa de Minas Gerais formalizou pedido ao Juízo da Execução para a inclusão do detento no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Salienta-se, por oportuno, que Aristides não praticou nenhuma falta grave recente no interior da ala onde se encontra encarcerado. Diante do substrato fático delineado e em estrita consonância com os preceitos normativos vigentes no ordenamento jurídico pátrio, assinale a afirmativa correta.

- Uma vez deferida a inclusão no RDD com base nos indícios de liderança em organização criminosa de atuação interestadual, o regime disciplinar de Aristides deverá ser obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal, contando com alta segurança interna e externa. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A inclusão de Aristides no RDD é juridicamente inviável nessa oportunidade, haja vista que o RDD possui natureza estritamente sancionatória, exigindo, de forma cumulativa e obrigatória, a prática prévia de fato previsto como crime doloso que ocasione subversão da ordem interna.
- Caso Aristides seja inserido no RDD e permaneça os primeiros três meses sem receber nenhuma visita de familiares devido à distância do estabelecimento, ele passará a ter direito automático a contatos telefônicos quinzenais com sua família, com duração de vinte minutos cada, sem necessidade de gravação.
- O RDD aplicado a Aristides terá o prazo máximo e improrrogável de dois anos, devendo o reeducando retornar imediatamente ao regime fechado comum após o término do período, sendo vedada a avaliação de novos processos ou do resultado do tratamento penitenciário para fins de extensão do isolamento.

Questão 20

O reeducando Cristóvão cumpria pena privativa de liberdade em regime semiaberto, quando a direção do estabelecimento prisional noticiou ao Juízo da Execução o cometimento de uma suposta falta grave. Antes de realizar a audiência de justificação para a oitiva do sentenciado, o magistrado constatou nos autos uma folha de antecedentes atualizada, apontando que Cristóvão acabara de sofrer uma nova condenação definitiva, por crime praticado antes do início da presente execução da pena privativa de liberdade, cuja reprimenda, somada ao restante da pena que ele já cumpre, inviabiliza legalmente a manutenção do regime semiaberto por força do somatório de penas. Diante da urgência do caso e em estrita consonância com ordenamento jurídico brasileiro em vigor, sobre o procedimento de regressão de regime de Cristóvão, assinale a afirmativa correta.

- A oitiva prévia do reeducando é formalidade impositiva e obrigatória para todas as hipóteses de regressão de regime previstas em lei, sob pena de nulidade absoluta.
- Caso Cristóvão estivesse cumprindo pena no regime aberto, a frustração dos fins da execução ou o não pagamento da multa cumulativamente imposta, por si só, não seria apto a ensejar a regressão de regime, exigindo-se sempre a prática concomitante de crime doloso.
- **Caso o magistrado decidir regredir Cristóvão de regime com base exclusivamente na nova condenação por crime anterior, a literalidade do ordenamento jurídico brasileiro em vigor dispensa a oitiva prévia do reeducando, permitindo a regressão direta pelo somatório das penas. – OPÇÃO CORRETA.**
- O magistrado poderá determinar a regressão imediata do regime semiaberto para o fechado, fundamentando sua decisão estritamente na suposta prática da falta grave, sendo a oitiva prévia de Cristóvão uma faculdade do magistrado dispensável por se tratar de regime intermediário.

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS E ESTATUTOS ANTIDROGAS**Questão 21**

A Polícia Civil de determinado estado investigava, há mais de dois anos, uma complexa rede criminosa responsável pela aquisição de grandes quantidades de entorpecentes em região de fronteira e sua posterior distribuição em diversas cidades do país. Durante a investigação, foram produzidos relatórios de vigilância, registros de movimentações financeiras atípicas, apreensões de drogas em operações distintas e interceptações regularmente autorizadas pelo Poder Judiciário. Após sua prisão, um dos integrantes do grupo decidiu colaborar com as autoridades. Em seu acordo, revelou a identidade de diversos participantes, descreveu a estrutura hierárquica da organização, indicou locais utilizados para armazenamento de drogas e detalhou o funcionamento do esquema de transporte dos entorpecentes. Parte das informações fornecidas coincidiu com elementos já colhidos durante a investigação, outras não puderam ser confirmadas por diligências posteriores. Encerrada a instrução processual, a defesa de um dos acusados sustentou que a condenação não poderia subsistir porque os fatos atribuídos ao réu decorriam, essencialmente, das declarações do colaborador, cuja credibilidade seria questionável em razão dos benefícios obtidos com o acordo. Considerando o regime jurídico das organizações criminosas e, ainda, a situação hipotética descrita, assinale a afirmativa correta.

- Os elementos de informação colhidos previamente na investigação são suficientes para corroborar as declarações do colaborador quando confirmarem a existência da organização criminosa e a dinâmica geral de seu funcionamento, ainda que não permitam verificar especificamente a participação individual de cada acusado nos fatos narrados.
- A convergência entre parte das informações prestadas pelo colaborador e os elementos anteriormente produzidos na investigação permite que o magistrado atribua elevada força persuasiva à narrativa colaborativa, inclusive quanto aos fatos imputados ao acusado que não tenham sido integralmente confirmados por outros elementos probatórios.
- À luz do princípio do livre convencimento motivado, as declarações do colaborador podem assumir especial relevância na formação da convicção judicial e justificar a condenação do acusado quando se mostrarem coerentes e compatíveis com o contexto probatório dos autos, ainda que inexistam elementos autônomos de corroboração especificamente relacionados à imputação formulada.

- A colaboração premiada qualifica-se como meio de obtenção de prova e, por si só, não pode fundamentar condenação penal, exigindo-se a existência de elementos externos de corroboração aptos a confirmar, de maneira independente, aspectos relevantes da narrativa do colaborador relacionados à imputação atribuída ao acusado, não sendo suficiente a mera comprovação genérica da existência da organização criminosa. – OPÇÃO CORRETA.

Questão 22

Após meses de investigação, a Polícia Civil de determinado estado identificou indícios da existência de uma estrutura criminosa responsável pela aquisição de cocaína em região de fronteira e posterior distribuição para diversos municípios. Os investigadores verificaram que a apreensão imediata de pequenas remessas da droga já monitoradas poderia interromper temporariamente a atividade ilícita, mas inviabilizaria a identificação dos responsáveis pelo financiamento, pela logística de transporte e pela coordenação das entregas. Diante desse cenário, a autoridade policial representou ao juízo competente para que determinadas remessas continuassem sendo acompanhadas de forma discreta pelos órgãos de persecução penal, retardando-se momentaneamente a intervenção estatal. Durante esse período, foi possível identificar novos integrantes da estrutura criminosa, localizar depósitos utilizados para armazenamento de drogas e reunir elementos probatórios relacionados à atuação dos líderes do grupo. Após o oferecimento da denúncia, uma das defesas alegou que a postergação da atuação policial tornou ilícitas todas as provas produzidas posteriormente, sustentando que o Estado teria permitido deliberadamente a continuidade da prática criminosa. Considerando a disciplina jurídica das técnicas especiais de investigação previstas para o enfrentamento das organizações criminosas, assinale a afirmativa correta.

- A ação controlada pressupõe a suspensão temporária das investigações durante o período de monitoramento da atividade criminosa, vedada a produção de novos elementos probatórios até a realização da intervenção estatal.
- A legitimidade do retardamento da intervenção estatal condiciona-se à demonstração de que a medida constitui o único meio disponível para a obtenção da prova, revelando-se inviável a sua concessão quando a estrutura da organização criminosa puder ser desarticulada por outras técnicas ordinárias de investigação.
- O acompanhamento de atividade criminosa com retardamento da intervenção estatal pode constituir técnica investigativa legítima quando destinado à obtenção de informações mais eficazes sobre a estrutura, o funcionamento e os integrantes da organização criminosa, observados os requisitos legalmente previstos para sua adoção. – OPÇÃO CORRETA.
- A postergação da intervenção estatal em atividade criminosa monitorada pressupõe a existência de elementos probatórios suficientes para o oferecimento da denúncia, destinando-se ao mero reforço do acervo probatório já existente, e não à ampliação do conhecimento de outros elementos probatórios da organização criminosa.

Questão 23

Uma investigação conduzida por órgãos de persecução penal apurava a atuação de uma organização criminosa dedicada ao tráfico interestadual de drogas. Os elementos inicialmente reunidos indicavam a existência de reuniões periódicas entre os integrantes responsáveis pela logística de transporte, armazenamento e distribuição dos entorpecentes. Apesar da realização de vigilâncias, monitoramentos e análise de registros financeiros, os investigadores não conseguiram identificar com segurança a participação individual de determinados suspeitos nem o conteúdo das decisões estratégicas adotadas pelo grupo. Diante desse cenário hipotético, foi requerida judicialmente a utilização de técnica especial de investigação destinada à captação de comunicações realizadas presencialmente durante encontros promovidos pelos investigados em imóvel supostamente utilizado para o planejamento das atividades criminosas. A medida foi deferida por prazo determinado e permitiu a obtenção de elementos posteriormente utilizados para o oferecimento da denúncia. Durante a instrução processual, a defesa sustentou a nulidade da prova produzida, argumentando que a técnica empregada seria incompatível com as garantias constitucionais da intimidade e da vida privada e que os elementos obtidos não poderiam ser valorados pelo juízo criminal. Considerando o regime jurídico dos meios de obtenção de prova previstos para o enfrentamento das organizações criminosas, assinale a afirmativa correta.

- A utilização de técnica destinada ao registro de comunicações ambientais somente pode ocorrer após o oferecimento da denúncia, sendo vedada durante a fase investigatória.
- A obtenção de registros de comunicações ambientais realizadas entre investigados constitui meio de obtenção de prova admitido pela legislação brasileira, desde que observados os requisitos e limites legalmente previstos para sua utilização. – OPÇÃO CORRETA.

- A captação ambiental de sinais acústicos ou ópticos qualifica-se como medida cautelar de fundamentação vinculada, revelando-se nula a utilização do acervo probatório obtido quando a captação registrar infrações penais diversas daquelas que justificaram a autorização judicial originária.
- A captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos submete-se ao postulado da legalidade estrita, padecendo de nulidade a prova obtida mediante a instalação de dispositivos de escuta no interior de escritórios ou residências fora do período diurno, ante a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio.

AS CONTRAVENÇÕES PENAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

Questão 24

Godofredo, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de suas condutas, é proprietário de um cão de grande porte e de temperamento agressivo. Em determinado dia, esqueceu o portão de sua residência encostado, sem a devida tranca, enquanto recebia uma entrega. O animal, aproveitando-se da distração, empurrou o portão e saiu à via pública, saltando em direção a uma pedestre que passava pelo local, o que lhe causou enorme susto e iminente risco de ataque, embora ela não tenha sofrido lesões físicas. Acionada a força policial pelos pedestres, a autoridade de polícia judiciária deliberou pela autuação de Godofredo pela prática de infração penal prevista no art. 31 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que institui a Lei de Contravenções Penais – “Omitir cautela na guarda ou condução de animais” –, modalidade que o texto legal não restringe expressamente ao dolo. Considerando o regramento do Decreto-Lei nº 3.688/1941, assinale a afirmativa correta.

- Godofredo não poderá ser punido, pois o Decreto-Lei nº 3.688/1941 exige que toda contravenção penal seja praticada com dolo, sendo a modalidade culposa restrita aos crimes previstos no Decreto-Lei nº 2.848/1940, que instituiu Código Penal brasileiro.
- A conduta de Godofredo é punível, pois nas contravenções penais vigora o princípio da responsabilidade objetiva, bastando a comprovação do nexo causal e do resultado de perigo para a configuração do ilícito, sendo dispensável aferir a conduta humana.
- A persecução penal é inviável, porque a conduta foi manifestamente culposa (negligência) e, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.688/1941, a culpa só é punida se a lei expressamente prever a modalidade culposa no preceito primário do tipo contravencional.
- Godofredo responderá pela contravenção penal, visto que bastou a omissão voluntária no dever de cuidado; o dolo e a culpa em sentido estrito só seriam discriminados se o tipo do art. 31 do Decreto-Lei nº 3.688/1941 fizesse depender deles algum efeito jurídico específico. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 25

Em 31 de maio de 2026, durante uma viagem de férias em um navio de turismo de propriedade privada e bandeira brasileira, que navegava em mar territorial uruguaio, Alcebíades, brasileiro, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de suas condutas, praticou a contravenção penal descrita no art. 51 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que institui a Lei de Contravenções Penais, cujo *nomen iuris* é loteria não autorizada. Duas semanas após o ocorrido, o navio atracou no Porto de Santos – Unidade Federativa de São Paulo, local onde o fato foi comunicado à autoridade policial brasileira. Diante do exposto e, ainda, considerando a regra de aplicação do Decreto-Lei nº 3.688/1941, a autoridade policial brasileira deverá:

- Proceder à investigação do fato condicionado à representação do Ministério Público ou do Ministro da Justiça, aplicando-se as regras de extraterritorialidade do Decreto-Lei nº 2.848/1941.
- Enviar as peças de informação ao Poder Judiciário uruguaio com fundamento no Decreto-Lei nº 3.688/1941, visto que o território por onde navegava a embarcação atrai a competência concorrente e obrigatória da jurisdição brasileira.
- Instaurar o procedimento investigativo cabível, com fundamento no Decreto-Lei nº 3.688/1941, uma vez que o navio privado, de bandeira brasileira, em águas estrangeiras, é considerado extensão do território nacional para todos os efeitos penais.
- Recusar a instauração de qualquer procedimento investigatório com fundamento no Decreto-Lei nº 3.688/1941, pois a lei brasileira é absolutamente inaplicável ao caso, visto que a contravenção foi praticada fora do espaço geográfico do território nacional. – **OPÇÃO CORRETA.**

Questão 26

Eustáquio, maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de suas condutas, com o intuito de perturbar o sossego de seu vizinho de condomínio, Bartolomeu (maior de idade e totalmente capaz de entender o caráter ilícito de suas condutas), com quem possui desavenças históricas, adquire rojões de grande potência sonora. Na meia-noite de uma terça-feira, Eustáquio posiciona-se na área comum do prédio, direciona os artefatos para a janela do desafeto e acende o pavio. Todavia, antes que a faísca atingisse a pólvora e causasse a detonação, o vigilante do condomínio consegue desarmar o mecanismo, impedindo a produção de qualquer ruído. Acionada, a autoridade policial lavra o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), imputando a Eustáquio a conduta de perturbação do trabalho ou do sossego alheios (art. 42 do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que institui a Lei de Contravenções). Considerando o ordenamento jurídico vigente e o microsistema das contravenções penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941), assinale a afirmativa correta.

- Houve crime impossível por ineficácia absoluta do meio, uma vez que a intervenção tempestiva do vigilante do condomínio retirou qualquer capacidade lesiva da conduta de Eustáquio, tornando o fato penalmente indiferente.
- Trata-se de hipótese de atipicidade formal por ausência de previsão legal para a modalidade tentada, operando-se o fenômeno da fragmentariedade às avessas, o que impede a deflagração da persecução penal contra Eustáquio pelo fato narrado. – **OPÇÃO CORRETA.**
- A conduta de Eustáquio configura fato atípico perante o ordenamento jurídico brasileiro, pois o Decreto-Lei nº 3.688/1941 estabelece uma escusa absolutória que extingue a punibilidade da conduta quando o resultado não é alcançado por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- Eustáquio, em tese, responderá pela contravenção consumada, uma vez que a perturbação do sossego é uma infração de perigo abstrato e de conduta fracionada, em que os atos preparatórios e de execução se confundem, bastando a demonstração do dolo para a aplicação da sanção.

ESTATUTO DO DESARMAMENTO, ESTATUTO DO IDOSO E LEI MARIA DA PENHA**Questão 27**

No exercício de suas funções em uma Secretaria de Juízo Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), um estagiário de pós-graduação em direito analisa o processo em que Benedito foi denunciado pelo Ministério Público. Consta dos autos que Benedito, armeiro de profissão, mantinha em sua residência uma oficina clandestina para conserto de armas de fogo e recarga de cartuchos de munições para terceiros. Em sua defesa, Benedito, já réu, alega que a conduta é atípica para o crime de comércio ilegal, pois ele não mantém estabelecimento comercial aberto ao público, não possui o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) correspondente à atividade e, ainda, realiza há muitos anos esse serviço de forma artesanal e privada, em sua própria casa, apenas para pessoas conhecidas. Com base no Estatuto do Desarmamento – Lei nº 10.826/2003 e em jurisprudência prevalente, assinale a afirmativa correta.

- O fato de a atividade ser exercida em residência e de forma clandestina não afasta a tipicidade do crime de comércio ilegal de arma de fogo, que é delito de perigo abstrato. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Por se tratar de crime de perigo concreto, a condenação de Benedito dependeria de constatação em prova pericial de que as armas em conserto ou as munições recarregadas possuíam potencialidade lesiva imediata.
- A conduta de Benedito é penalmente atípica quanto ao crime de comércio ilegal. A ausência de registro na Junta Comercial e de habitualidade pública impede a configuração da atividade comercial exigida pelo tipo penal.

- Caso as “pessoas conhecidas” sejam agentes de segurança pública, a atividade de armeiro doméstico voltada ao conserto de armas próprias dos agentes configura a excludente de ilicitude de estrito cumprimento do dever legal, dada a natureza auxiliar da atividade, nos termos e na forma do Estatuto do Desarmamento.

Questão 28

Na Vara Cível de determinada Comarca do Estado de Minas Gerais, tramitam dois processos diversos, sob o rito comum. Em cada um dos processos figura uma pessoa idosa no polo ativo: João, com 73 anos de idade, e Maria, com 82 anos de idade. Ambos pleiteiam a prioridade na tramitação processual com base na Lei Federal nº 10.741/2003. Com fulcro no Estatuto da Pessoa Idosa e, ainda, tendo em vista as regras sobre a prioridade de tramitação processual no caso hipotético, ao organizar a ordem de processos para conclusão ao magistrado, o estagiário de pós-graduação em direito deverá, corretamente, considerar que:

- João e Maria possuem o mesmo nível de prioridade; os processos deverão seguir a ordem cronológica de conclusão entre os demais processos de pessoas idosas daquela secretaria.
- **Maria possui prioridade sobre João; os atendimentos e a tramitação do processo em que Maria figura no polo ativo devem ocorrer com preferência em relação aos demais idosos com menos de 80 anos. – OPÇÃO CORRETA.**
- A prioridade cessa caso qualquer um dos autores em seus processos, Maria ou João, venha a falecer durante a tramitação; não se transmitindo aos cônjuges ou companheiros supérstites a prioridade, ainda que idosos.
- Apenas Maria possui direito à prioridade de tramitação; a doutrina prevalente atribui ao aumento da expectativa de vida no Brasil o fato de o Código de Processo Civil (CPC) restringir esse benefício de natureza processual às pessoas maiores de 80 anos.

Questão 29

Mercedes, 85 anos de idade, reside em um município mineiro e necessita de auxílio financeiro para custear tratamento médico de alta complexidade e cuidadores especializados. Ela possui três filhos: Alberto, empresário de grande capacidade financeira; Bruno e Caio, ambos com rendimentos mais modestos. Diante da urgência de sua situação, Mercedes ajuíza ação de alimentos exclusivamente em face de Alberto, pleiteando o valor integral de suas necessidades. Em sua contestação, Alberto alega que a obrigação alimentar deve ser dividida proporcionalmente entre todos os irmãos, requerendo o chamamento de Bruno e Caio ao processo para que cada um contribua conforme suas possibilidades, nos termos do Código Civil brasileiro. Com base nas disposições do Estatuto da Pessoa Idosa e na jurisprudência sedimentada, assinale, a seguir, a correta solução jurídica para o caso.

- Por ter mais de 80 anos, o Estado está obrigado a assumir, subsidiariamente, os alimentos de Mercedes, caso um dos filhos demonstre que o pagamento integral comprometerá seu próprio sustento.
- O pedido de Alberto deve prosperar, pois a obrigação alimentar entre filhos e pais é regida pela divisibilidade e proporcionalidade, configurando litisconsórcio passivo necessário entre todos os descendentes de mesmo grau.
- **A obrigação alimentar em favor da pessoa idosa possui natureza solidária, o que faculta à Mercedes a escolha de demandar contra qualquer um dos filhos, não se admitindo o chamamento ao processo dos demais coobrigados. – OPÇÃO CORRETA.**
- Alberto poderá exigir que os irmãos integrem a lide, mas apenas para fins de direito de regresso futuro, devendo o juiz suspender o processo até que todos os alimentantes potenciais sejam citados, em observância ao princípio da economia processual.

Questão 30

Considere, hipoteticamente, que uma mulher comparece à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Belo Horizonte, relatando ter sido vítima de injúria por parte de seu ex-companheiro (sem lesões corporais). Ela solicita a

aplicação de medidas protetivas de urgência (afastamento do lar e proibição de contato). Em se tratando de crime de ação penal privada, mesmo no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, a vítima manifesta expressamente que não deseja a instauração de inquérito policial ou processo criminal contra o agressor, pois busca apenas a sua proteção e tranquilidade. Com base na Lei Federal nº 11.340/2006 e, ainda, conforme o atual entendimento jurisprudencial e quanto à viabilidade das medidas protetivas de urgência, assinale a afirmativa correta.

- No caso prático, a ausência da queixa-crime por parte da ofendida impede o juiz de apreciar o pedido de medidas protetivas.
- O deferimento de medidas protetivas de urgência independe da existência de inquérito policial ou de ação penal em curso, possuindo natureza de tutela inibitória autônoma. – **OPÇÃO CORRETA.**
- As medidas protetivas têm prazo de validade máximo de noventa dias, devendo ser revogadas após esse período se não houver denúncia oferecida pelo Ministério Público.
- As medidas protetivas de urgência possuem natureza acessória, não podendo ser concedidas ou mantidas se a vítima não manifestar interesse na persecução penal do agressor.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **31** a **36**.

Facebook é condenado em processo e deve pagar mais de R\$ 70 mil para usuária

O Facebook foi condenado pela Justiça do Distrito Federal a pagar mais de R\$ 70 mil a uma usuária da plataforma que teve contas das redes sociais invadidas em 2024 e não restabelecidas após a primeira decisão do processo.

Em 2024, uma usuária teve as contas do Facebook e Instagram invadidas. Após decisões na Justiça, a plataforma recebeu o limite máximo de dois dias para recuperar as contas da usuária. Apesar disso, dez meses se passaram até que a vítima recebeu um e-mail avisando que suas contas seriam excluídas da plataforma. Por conta das diversas falhas em realizar o delimitado pela Justiça, hoje a multa ao Facebook chega a 50 mil reais, com cerca de outros 20 mil apenas pelas penalidades adicionais de má-fé processual.

Segundo informações da Folha de S. Paulo, a plataforma tentou reduzir e até cancelar a multa ao alegar valores abusivos, mas a juíza responsável, Maryanne Abreu, não permitiu. Além disso, também usaram dificuldades operacionais como justificativa, fator também ignorado ao aplicar as multas do processo.

(Revista Veja. Editora Abril. Publicado em: 08/06/2026. Fragmento.)

Questão 31

As escolhas quanto aos tempos e modos verbais realizadas na construção dos enunciados produzem efeitos de sentido que refletem intenções discursivas de acordo com o tipo e conteúdo textual apresentado. No texto, pode-se reconhecer o emprego predominante de:

- Pretérito perfeito do modo indicativo. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Pretérito imperfeito do modo indicativo.
- Pretérito imperfeito do modo subjuntivo.
- Pretérito mais-que-perfeito do modo subjuntivo.

Questão 32

Compare as estruturas linguísticas em “Facebook é condenado em processo e deve pagar mais de R\$ 70 mil para usuária” (título) e “O Facebook foi condenado pela Justiça do Distrito Federal a pagar mais de R\$ 70 mil [...]” (1º§), e analise as afirmativas a seguir.

- No título, o agente não é mencionado, mantendo o foco no Facebook e no resultado da ação, o que não ocorre no trecho destacado do 1º§.
- No título, o uso de “é condenado” produz um efeito de atualidade e imediatismo, recurso utilizado em tipos textuais como o apresentado para aproximar o fato do momento da leitura.

III. No 1º§, o uso de “foi condenado” apresenta a condenação como um fato já ocorrido e concluído, contrastando de forma opositora com o propósito apresentado no título, a fim de provocar o leitor e seu interesse pela informação.

Está correto o que se afirma em

- I, II e III.
- I e II, apenas. – OPÇÃO CORRETA.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

Questão 33

Em “Apesar disso, dez meses se passaram até que a vítima recebeu um e-mail avisando que suas contas seriam excluídas da plataforma.” (2º§), pode-se afirmar, acerca da expressão destacada, que:

- Poderia ser substituída por “passaram-se dez meses”, considerando a norma-padrão da língua. – OPÇÃO CORRETA.
- Nessa estrutura, o “se” indica voz passiva seguida de reflexividade, promovendo o efeito de sentido desejado pelo enunciador.
- Por tratar-se de linguagem jornalística, em que a norma-padrão deve ser observada, a próclise deveria ser, neste caso, obrigatoriamente, substituída pela ênclise.
- Uma possibilidade de substituição aceita pela norma-padrão seria “dez meses passar-se-iam”, prezando pela formalidade do nível da linguagem e preservação de sentido.

Questão 34

Considerando o trecho “O Facebook foi condenado pela Justiça do Distrito Federal a pagar mais de R\$ 70 mil a uma usuária da plataforma que teve contas das redes sociais invadidas em 2024 e não restabelecidas após a primeira decisão do processo.” (1º§), no que se refere aos termos destacados, é possível afirmar que:

- I. Os três termos pertencem à mesma classe gramatical.
- II. Apenas dois deles são equivalentes quanto ao efeito de sentido estabelecido.
- III. Apenas um deles apresenta-se diretamente relacionado ao termo regente ao qual está vinculado.
- IV. Os segundo e terceiro termos destacados apresentam-se diante de termos morfológicos equivalentes.

Está correto o que se afirma em

- I, II, III e IV.
- II, apenas. – OPÇÃO CORRETA.
- III, apenas.
- II, III e IV, apenas.

Questão 35

Releia o trecho: “Segundo informações da Folha de S. Paulo, a plataforma tentou reduzir e até cancelar a multa ao alegar valores abusivos, mas a juíza responsável, Maryanne Abreu, não permitiu.” (3º§). Considerando o excerto, assinale, a seguir, a frase em que é possível reconhecer a mesma função para o emprego das vírgulas que separam “Maryanne Abreu” no trecho destacado.

- Os pesquisadores, após meses de investigação, divulgaram os resultados do estudo.
- A conferência reuniu especialistas de vários países, que discutiram os impactos da inteligência artificial.
- O romance brasileiro mais traduzido, Dom Casmurro, continua despertando debates entre os estudiosos. – OPÇÃO CORRETA.
- O físico teórico Albert Einstein revolucionou, com suas pesquisas, a compreensão moderna do espaço e do tempo.

Questão 36

Considerando a preservação da correção gramatical e semântica, de acordo com o texto original, a reescrita de “Por conta das diversas falhas em realizar o delimitado pela Justiça, hoje a multa ao Facebook chega a 50 mil reais, com cerca de outros 20 mil apenas pelas penalidades adicionais de má-fé processual.” (2º§) pode ser corretamente indicada em:

- Devido às penalidades de má-fé processual, que totalizam 50 mil reais, a multa imposta ao Facebook corresponde hoje à cerca de 20 mil reais adicionais.
- Embora não tenha cumprido o que foi determinado pela Justiça, o Facebook acumula multa de 50 mil reais, acrescida de aproximadamente 20 mil reais decorrentes de penalidades por má-fé processual.

- Em razão das falhas na execução do que a Justiça delimitou, a multa do *Facebook* chega a 50 mil reais, valor que excede os cerca de 20 mil reais aplicados em substituição às penalidades de má-fé processual.
- **Em razão das sucessivas falhas no cumprimento do que foi determinado pela Justiça, a multa aplicada ao *Facebook* alcança atualmente 50 mil reais, aos quais se somam cerca de 20 mil reais referentes às penalidades por má-fé processual. – OPÇÃO CORRETA.**

Texto para responder às questões de 37 a 48.

A escutatória na era da inteligência artificial: por que a advocacia continuará sendo uma profissão humana

Poucas profissões sentiram tão de perto o avanço tecnológico dos últimos anos quanto a advocacia. As ferramentas que hoje chegam aos escritórios não se limitam a automatizar tarefas repetitivas: elas redigem, pesquisam, comparam e sugerem caminhos jurídicos com uma desenvoltura que, até há pouco tempo, parecia reservada ao trabalho do advogado.

Sistemas de inteligência artificial generativa (o *ChatGPT*, o *Claude*, o *Gemini* e o *DeepSeek*, entre tantos outros) minutam contratos, resumem jurisprudência e devolvem uma pesquisa em segundos. Já há estudos sugerindo que, na revisão de contratos, esses sistemas alcançam índices de acerto comparáveis ou até superiores aos de advogados experientes, além de permitirem análises preditivas sobre o comportamento dos tribunais. Boa parte do trabalho jurídico mais repetitivo, em suma, já pode ser delegada à máquina.

Não se trata mais de prever o futuro. A inteligência artificial já é parte do presente da advocacia.

E é justamente quando a tecnologia se mostra tão eficiente que vale a pena fazer uma pergunta incômoda: se a máquina faz tanto, o que ainda restará de exclusivamente humano no exercício da advocacia?

Suspeito que a resposta esteja menos na técnica do que em algo que nenhuma máquina reproduz: a capacidade de escutar de verdade.

Quem advoga conhece bem uma cena que se repete. O cliente entra na sala, senta-se à mesa e, antes de chegar ao processo em si, simplesmente desaba. Fala do casamento que acabou, da empresa que quebrou, do filho que parou de lhe dirigir a palavra, do medo de ser preso, do luto recente, da sensação de ter fracassado.

A questão jurídica vem depois. Primeiro, vem a dor.

Nenhum algoritmo, por mais sofisticado, compreende esse instante. A inteligência artificial reconhece padrões, calcula probabilidades, aponta caminhos, mas não percebe o silêncio entre uma frase e outra, o tremor na voz, o olhar que foge, a pausa que muitas vezes diz mais do que o relato em si.

A advocacia sempre foi, antes de tudo, uma profissão humana. O Direito trata de patrimônio e de liberdade, mas também de família, de honra, de medo e de dignidade. Reduzir o trabalho do advogado a uma entrega técnica é desconhecer aquilo que a profissão tem de mais essencial.

É aqui que a velha provocação de Rubem Alves ganha atualidade. Ao cunhar a palavra “escutatória”, ele notava que existem cursos de oratória por toda parte, mas quase nada sobre a arte de ouvir. Todos querem aprender a falar; poucos se interessam em aprender a escutar.

A observação cai como uma luva na advocacia. A formação jurídica nos treina para argumentar, persuadir e sustentar teses; ensina a dominar a palavra. Sobre escutar o outro de fato, no entanto, quase ninguém fala na faculdade.

E escutar é mais do que ficar calado enquanto o outro fala. Exige presença, exige colocar em suspenso, por um momento, as próprias certezas, e exige sensibilidade para captar o que não chegou a ser dito.

Inspirado no poeta Alberto Caeiro, Rubem Alves dizia que não basta ter ouvidos para escutar o que se fala: é preciso também que haja silêncio dentro da alma. E talvez seja exatamente esse silêncio o que mais falta ao advogado de hoje.

Numa rotina hiperconectada e sempre apressada, ouvir virou exceção. Não raro, enquanto o cliente ainda fala, o advogado já formula a resposta, pensa na tese, antecipa a estratégia processual. Escutam-se as palavras, mas se perde a experiência humana que elas carregam.

Dessa escuta a inteligência artificial é, por natureza, incapaz. Ela processa informação, organiza dados e responde numa velocidade que impressiona, mas não há nela nada de subjetivo, de emocional, de existencial.

Responde no ato porque não sente, não hesita, não precisa de silêncio. Falta-lhe, no fundo, humanidade.

Isso ajuda a explicar um dado curioso. Os clientes em geral aceitam que os escritórios usem inteligência artificial; quando o assunto é delicado, porém, emocional ou juridicamente, a grande maioria continua preferindo conversar com uma pessoa.

A preferência diz muito. O cliente não procura só informação jurídica, isso ele encontra em segundos, no próprio celular. Procura confiança, acolhimento, alguma segurança diante da própria fragilidade.

A tecnologia oferece respostas. Presença, só outra pessoa consegue oferecer.

Nada disso é apologia ao passado ou recusa à tecnologia. O futuro da profissão não pertence a quem ignora essas ferramentas. Ao contrário, dominar a inteligência artificial deixou de ser um diferencial para se tornar quase uma exigência do ofício.

Por isso, o desafio da advocacia talvez não seja competir com a inteligência artificial, mas evitar que nós, advogados, nos tornemos mecânicos no trato com as pessoas.

No fim, a essência da profissão segue a mesma: transformar dor em amparo, conflito em solução, insegurança em confiança. E confiança, ao contrário do que entregam os algoritmos, ainda nasce de algo profundamente humano, a experiência de se sentir, enfim, ouvido.

(Por: Rodrigo Aiache Cordeiro. Migalhas. Portal de Notícias e Artigos Jurídicos. Publicado em: 06/06/2026. Adaptado.)

Questão 37

Em “*A tecnologia oferece respostas. Presença, só outra pessoa consegue oferecer.*” (19º§), as frases poderiam ser reescritas constituindo um período composto, sem alteração do sentido original, utilizando o conector:

- Mas. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Pois.
- Portanto.
- Porquanto.

Questão 38

Em “*A escutatória na era da inteligência artificial: por que a advocacia continuará sendo uma profissão humana*” (título), acerca da expressão “*por que*”, pode-se afirmar corretamente que:

- A pergunta implícita, formulada de modo direto, está corretamente indicada pelo emprego da expressão “*por que a advocacia*”.
- Ao retirar o sinal de dois-pontos do período, a vírgula seria empregada em seu lugar e, conseqüentemente, o “*por que*” seria substituído por “*porquê*”.
- A expressão “*por que*” introduz ideia equivalente a “*por qual razão*” ou “*por qual motivo*”, formada pela preposição “*por*” acrescida do pronome interrogativo “*que*”. – **OPÇÃO CORRETA.**
- Caso a expressão “*por que*” iniciasse o período, deveria ser substituída por “*porque*” para que as correções semântica e gramatical fossem devidamente preservadas.

Questão 39

Releia: “*Inspirado no poeta Alberto Caeiro, Rubem Alves dizia que não basta ter ouvidos para escutar o que se fala: é preciso também que haja silêncio dentro da alma. E talvez seja exatamente esse silêncio o que mais falta ao advogado de hoje.*” (13º§). Segundo esse fragmento textual, o silêncio pode ser compreendido como:

- Produtor de conhecimentos, para que as necessidades sejam compreendidas e devidamente atendidas.
- **Prerrogativa necessária e consciente, para que a interlocução estabelecida alcance propósitos significativos de fato. – OPÇÃO CORRETA.**
- Ausência de perspectivas cristalizadas mediante as demandas apresentadas, propiciando espaço para o debate produtivo.
- Provocador de reflexões e críticas mediante a fala alheia à medida que, no momento em que é instituído, abre-se espaço para que tal aconteça.

Questão 40

No 1º§ do texto, após mencionar que “[...] *as ferramentas que hoje chegam aos escritórios não se limitam a automatizar tarefas repetitivas*: [...]”, o enunciado faz referência às possíveis ações realizadas pelas ferramentas mencionadas. Sobre tal referência, pode-se afirmar, de acordo com o texto, que:

- **Há uma progressão de ações que pode ser interpretada como um aumento de complexidade ou relevância. – OPÇÃO CORRETA.**
- Indica-se processos complexos realizados antes por especialistas e que agora passaram a ser realizados por outros agentes em substituição aos agentes anteriores.

- Ações como redigir, pesquisar e comparar resultam em sugestões a partir da automatização das ferramentas citadas, diferentemente do que ocorria considerando o trabalho dos especialistas.
- Embora haja uma sequência progressiva em andamento, demonstra-se que a ordem das ações apresentadas pode e deve ser alterada sempre que necessário, principalmente se tratando de ações executadas por especialistas.

Questão 41

Os excertos destacados a seguir podem ser caracterizados por seu aspecto objetivo, EXCETO:

- “O Direito trata de patrimônio e de liberdade, mas também de família, de honra, de medo e de dignidade.” (9º§).
- “Ao cunhar a palavra ‘escutatória’, ele notava que existem cursos de oratória por toda parte, mas quase nada sobre a arte de ouvir.” (10º§).
- “Sistemas de inteligência artificial generativa (o ChatGPT, o Claude, o Gemini e o DeepSeek, entre tantos outros) minutam contratos, resumem jurisprudência e devolvem uma pesquisa em segundos.” (2º§).
- “A inteligência artificial reconhece padrões, calcula probabilidades, aponta caminhos, mas não percebe o silêncio entre uma frase e outra, o tremor na voz, o olhar que foge, a pausa que muitas vezes diz mais do que o relato em si.” (8º§). – OPÇÃO CORRETA.

Questão 42

Considerando as ideias e informações apresentadas no texto acerca do trabalho realizado pelo advogado, pode-se afirmar que é possível identificar:

- Crítica ao perfil observado na sociedade decorrente de situações atuais. – OPÇÃO CORRETA.
- Indicação de reservas em relação às novas possibilidades apontadas na prática da profissão.
- Circunstâncias que extrapolam os limites anteriormente pensados e que impedem a escuta ativa.
- Apelo impositivo para que sejam retomadas práticas exitosas em oposição às vistas na atualidade.

Questão 43

Dentre os termos destacados a seguir e as sugestões de substituição indicadas, assinale a alternativa cuja correção pode ser reconhecida, preservando-se o sentido original produzido no contexto apresentado.

- “Nada disso é apologia ao passado ou recusa à tecnologia.” (20º§) – promoção do. – OPÇÃO CORRETA.
- “Responde no ato porque não sente, não hesita, não precisa de silêncio.” (16º§) – delibera.
- “Não raro, enquanto o cliente ainda fala, o advogado já formula a resposta, pensa na tese, antecipa a estratégia processual.” (14º§) – à estrepê.
- “E é justamente quando a tecnologia se mostra tão eficiente que vale a pena fazer uma pergunta incômoda: se a máquina faz tanto, o que ainda restará de exclusivamente humano no exercício da advocacia?” (4º§) – tanto edificante.

Questão 44

Em relação à paragrafação estabelecida no texto, pode-se afirmar que:

- No 5º§ há indicação de que o texto passa de objetivo a subjetivo por meio do termo “suspeito”.
- A partir do 4º§, ocorre uma ruptura que demonstra uma crítica reflexiva sobre as ideias e informações apresentadas anteriormente.
- A partir do 5º§, o enunciador passa a apresentar respostas ao questionamento feito no 4º§, de modo a reconhecer que as informações apresentadas na introdução do texto devem ser contestadas.
- No 4º§ é possível reconhecer que, por meio de um questionamento retórico, o enunciador indica que haverá ponderações posteriores que consideram perspectiva que não está limitada às informações e ideias anteriores. – OPÇÃO CORRETA.

Questão 45

Os trechos destacados a seguir exemplificam períodos cuja estrutura apresenta subordinação sintática, EXCETO:

- “Nada disso é apologia ao passado ou recusa à tecnologia.” (20º§). – OPÇÃO CORRETA.
- “O futuro da profissão não pertence a quem ignora essas ferramentas.” (20º§).
- “E confiança, ao contrário do que entregam os algoritmos, ainda nasce de algo profundamente humano, a experiência de se sentir, enfim, ouvido.” (22º§).
- “Por isso, o desafio da advocacia talvez não seja competir com a inteligência artificial, mas evitar que nós, advogados, nos tornemos mecânicos no trato com as pessoas.” (21º§).

Questão 46

Considerando o trecho *“Os clientes em geral aceitam que os escritórios usem inteligência artificial; quando o assunto é delicado, porém, emocional ou juridicamente, a grande maioria continua preferindo conversar com uma pessoa.”* (17º§), assinale, a seguir, a reescrita em que **NÃO** há alteração de sentido ou inadequação quanto à norma-padrão, de acordo com o texto original.

- Embora aceitem o uso de inteligência artificial em temas jurídicos, os clientes costumam recorrer à pessoas para assuntos rotineiros e delicados.
- Os clientes aceitam a utilização de inteligência artificial pelos escritórios e, desse modo, não deixam de demonstrar preferência significativa pelo atendimento humano, mesmo em questões sensíveis.
- Como os assuntos emocional ou juridicamente delicados são frequentemente tratados por profissionais especializados, é indispensável a interlocução humana, sob a perspectiva profissional, nestes casos.
- **Em geral, os clientes não se opõem ao uso de inteligência artificial pelos escritórios; entretanto, diante de questões emocional ou juridicamente sensíveis, a maioria ainda prefere o contato com um ser humano. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 47

De acordo com o desenvolvimento das ideias apresentadas, considerando-se o efeito de sentido conforme o contexto, a expressão *“escutar de verdade”* (5º§) está relacionada com a seguinte frase:

- “Para criar inimigos não é necessário declarar guerra, basta dizer o que se pensa.” (Martin Luther King Jr.).
- “Se não gostas de escutar a verdade, então saia do seu mundo de mentiras!” (Wesley Marchezan da Silva Viana).
- “Escutar uma verdade pode até ser difícil, mas certamente não dói mais do que uma mentira.” (Eduardo Volpato).
- **“A escuta ativa é essencial para uma comunicação eficaz; envolve prestar total atenção ao interlocutor e responder de forma apropriada” (Robert Bolton). – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 48

Ao dizer que *“A questão jurídica vem depois. Primeiro, vem a dor.”* (7º§), o enunciador:

- Estabelece um parâmetro de aceitação para o ordenamento jurídico.
- Declara que a dor deve ter lugar de destaque em cada questão jurídica.
- Pressupõe que as questões jurídicas são permeadas pela dor do início ao fim dos processos.
- **Indica que a origem da questão jurídica, muitas vezes, está atrelada a uma dor anterior a ela. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 49

O servidor de determinado Tribunal de Justiça redigiu o seguinte trecho para integrar um expediente administrativo: *“Após análise do relatório, entende-se que a proposta apresentada reúne condições favoráveis para prosseguimento.”* Considerando os princípios da redação oficial, pode-se afirmar que o trecho:

- Compromete a formalidade, por empregar construção verbal na voz passiva sintética.
- É adequado, por apresentar o agente responsável pela análise através da forma verbal empregada.
- Compromete a clareza, porque não menciona a formação acadêmica dos responsáveis pela análise.
- **É compatível com a impessoalidade, pois é possível inferir a manifestação institucional em detrimento da individual. – OPÇÃO CORRETA.**

Questão 50

Considere, hipoteticamente, que um estagiário do Tribunal de Justiça de Minas Gerais recebeu a incumbência de encaminhar uma comunicação a determinada magistrada, solicitando manifestação sobre estudo psicossocial anexado aos autos de certo processo. Ao revisar a minuta, a supervisora observou que o texto deveria respeitar simultaneamente a formalidade, a impessoalidade e a finalidade institucional do expediente. Nesse contexto, assinale a redação correta.

- Cara Doutora, encaminhamos o relatório e será de bom parecer caso concorde com as conclusões apresentadas.
- **Solicita-se manifestação acerca do estudo psicossocial anexado aos autos, para subsidiar a análise da matéria em apreciação. – OPÇÃO CORRETA.**
- Encaminho o documento porque considero suas observações indispensáveis e porque há confiança em seu entendimento sobre o tema.
- Excelentíssima Magistrada, peço por obséquio que a senhora examine o relatório, pois acredita-se que ele será muito útil para a solução do caso.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.